

REVISTA ELETRÔNICA

SABERES MÚLTIPLOS

ISSN 2359-6074 • VOLUME 19 • FEVEREIRO 2025; 10(19)



UNIG
UNIVERSIDADE IGUAÇU

CORPO EDITORIAL

Editor Chefe

Paula Alessandra de Souza Mantilla Giehl (UNIG)

Supervisão Editorial

Edith Maria Marques Magalhães (UNIG/UFRJ)
Paula Alessandra de Souza Mantilla Giehl (UNIG)

Conselho Editorial Científico

Adalgisa Mafra Moreno (UNIG)
Alexander Eduardo Cayturo Villegas (UNIG)
Aline Mota de Barroa Marcellini (UCB)
Ana Valéria de Figueiredo da Costa (UERJ/UNESA-RJ)
Anabelle Loivos Considera (UFRJ)
André Costa Ferreira (UNIG)
André Luiz Ferreira de Oliveira (IFRN)
André Nemi Conforte (UERJ)
Andrea Bittencourt de Santana Teixeira (UNIG)
Anderson Borba Rodrigues (UNIG/FABA)
Antonio Luís dos Santos Lima (UNISUAM)
Antônio Neres Norberg (UNIABEU/ FAMESC/FTESM)
Arthur Vianna Ferreira (UERJ)
Bianca Corrêa Lessa Manoel (UNESA/SEMED-NI)
César Bernardo Ferreira (SEDUC)
Cristina Novikoff (CEP/FDC)
Danúbia de Sá Caputo (UERJ/FABA)
Denise Abigail Brito Freitas Rocha (UEB/FMN)
Denilson Costa Soares (UNIG)
Elaine Cristina de Souza Lima (UCB)
Fabiana de Sousa Pugliese (UNIG)
Fabiano Sanches Guerra (UNIABEU/ EsSEx)
Fabio Barbosa Batista (UNIG)
Helenice Gonçalves Maia (UNESA)
Ilda Maria Baldanza Duarte (UNIG)
José Luiz Gatto Pereira (UNIG)
Leandro Jorge Duclos Costa (UEG/UNESA-GO)
Leonardo Andrade Guimarães (UNIG)
Leonor Maria de Lima Torres (UM / IE – Portugal)
Lindinei Rocha Silva (IFRJ)
Marcos Paulo Mendes de Araújo (FUCAI / SEMED – AM)
Márcia Lisboa (UERJ)
Maria Aparecida Campos Mamede Neves (PUC-RJ)
Maria Celeste Reis Fernandes (UNIVALE/UFMG)
Maria Cristina Cardoso Ribas (UERJ)
Mayra Lima Vieira (UNIABEU)
Mônica Pinheiro Fernandes (UFRRJ)
Paulo César Silva de Oliveira (UERJ)
Paulo Henrique Moura (UNIG)
Paulo Roberto Blanco Moreira Norberg (FAMESC)
Ramon Missias-Moreira (UNIVASF)
Rebeca Carocha Seixas (IFRN)
Sérgio Vale da Paixão (IFPR)
Simony Ricci Coelho (UNIG)
Shirley de Souza Gomes Carreira (UERJ)
Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa (UNESA-RJ)
Valéria Leite de Aquino (UERJ)

ÍNDICE

PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA DE MINICONTOS EM SALA DE AULA **03**

Luciano Dias de Sousa, Mileane Andrade Azevedo, Priscila Ramos Gouvêa, Fabiula Fabri Azevedo.

**ATUAÇÃO DA ODONTOLOGIA HOSPITALAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
EM GESTÃO MUNICIPAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU** **13**

Leonardo Guimarães de Andrade, Claudia Cristiane Baiseredo de Carvalho e Andreia Ribeiro.

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DO
DESENVOLVIMENTO NO ENSINO SUPERIOR** **20**

Paulo Rogério Silva de Paiva Junior Simony Ricci Coelho e Paula Alessandra de Souza Mantilla Gieh.

PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA DE MINICONTOS EM SALA DE AULA

PRACTICE OF READING AND WRITING SHORT STORIES IN THE CLASSROOM

Luciano Dias de Sousa¹, Mileane Andrade Azevedo², Priscila Ramos Gouvêa³, Fabiula Fabri Azevedo⁴.

1- *Universidade do Estado de Minas Gerais*

2- *Instituto de Educação Eliana Duarte da Silva Breijão*

3- *Escola Estadual Doutor Jonas de Faria Castro*

4- *Escola Estadual Melo Viana*

Autor Correspondente: Luciano Dias de Souza

E-mail: email: poesiaeci@gmail.com

RESUMO

O tema deste estudo é sobre o gênero discursivo literário miniconto, como prática de leitura e escrita em sala de aula. Com o acesso cada vez mais intenso à internet, alguns gêneros textuais começam a fazer parte da rotina dos leitores dessa geração, visto que, hoje cada vez mais leitores estão habituados a utilizarem a internet como suporte para leitura. Valendo desse princípio, o estudo aborda o gênero textual miniconto; partindo do conceito para proposta de ensino-aprendizagem em sala de aula. Para isso, optou-se em analisar dois minicontos como exemplos interpretativos, dando ênfase à leitura e sua produção escrita. A pesquisa apresenta um enfoque qualitativo-interpretativo com os pressupostos teóricos de Tvares (2023), Bueno (2021), Spalding (2008), Marcuschi (2008), entre outros.

Palavras-chave: minicontos, gêneros textuais, leitura, escrita.

ABSTRACT

The theme of this study is about the literary discursive genre short story, as a reading and writing practice in the classroom. With increasingly intense access to the internet, some textual genres are beginning to be part of the routine of readers of this generation, since today more and more readers are used to using the internet as a support for reading. Using this principle, the study addresses the textual genre short story; starting from the concept for the proposal of teaching-learning in the classroom. For this, it was decided to analyze two short stories as interpretative examples, emphasizing reading and its written production. The research presents a qualitative-interpretative approach with the theoretical assumptions of Tvares (2023), Bueno (2021), Spalding (2008), Marcuschi (2008), among others.

Keywords: short stories, textual genres, reading, writing.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente, em meio à correria que vivemos no dia a dia, as mensagens e conteúdo de informação quanto mais curto e direto for, maior é a chance de o leitor conseguir acompanhar. Vivemos um momento em que a simplicidade da narrativa se torna mais acessível do que aquilo que é complexo e longo. A velocidade da modernização e a condensação de informações têm propiciado, no mundo virtual, o surgimento de gêneros textuais capazes de estabelecer diálogo com novas formas de comunicação, as quais se caracterizam, sobretudo, por fatores como imediatismo e objetividade nas mensagens. Esse fenômeno acaba exercendo forte influência no modo como as pessoas interagem e aprendem, propiciando também a economia de tempo por parte dos leitores na sociedade contemporânea.

À medida em que a sociedade exigia ações cada vez mais rápidas dos homens e mulheres, e se desenvolveu no sentido de lançar produtos e serviços que acompanhassem o ritmo frenético da forma de vida contemporânea, novos hábitos também foram surgindo, inclusive na leitura e mentalidade dos escritores e leitores. Não é à toa, então, que o miniconto, assim como o microconto, estejam ganhando cada vez mais visibilidade, e não só no formato impresso, mas sobretudo em um meio comum às novas gerações, ou seja, a internet (TVARES, 2023, p. 9).

Os usuários da internet têm utilizado a escrita, de maneira sucinta, com bastante frequência, e essa prática se tornou comum na elaboração de e-mails e mensagens pelas redes sociais e aplicativos como *WhatsApp*. A linguagem escrita utilizada se desenvolve através do uso de poucas palavras com o intuito de estabelecer uma comunicação rápida. Diante desse cenário, nos atentaremos a observar o que foi conceituado pela Literatura como miniconto, sendo uma narrativa construída com o uso restrito de palavras, um gênero textual que encontramos muito nas redes sociais.

Apesar da grande divulgação dos minicontos, principalmente nas redes sociais, esse gênero discursivo literário ainda não é muito conhecido e divulgado nas escolas. Por isso, com vistas ao ensino de Língua Portuguesa, é importante estudarmos esse gênero para oferecer mais subsídios aos professores quem queira trabalhar com ele em sala de aula, justificando a necessidade de uma análise de sua composição narrativa, já que são os minicontos, de certa maneira, influenciados pelo contexto histórico e social e pela visão da realidade contemporânea.

Este estudo tem como objetivo geral caracterizar o gênero textual miniconto como prática de leitura e escrita em sala de aula. Especificamente, o estudo busca, num primeiro momento, verificar como o miniconto se caracteriza como gênero; descrever as condições de produção e de circulação do gênero, suas temáticas e seu propósito comunicativo; enfim, busca caracterizar os aspectos sociocomunicativos dos minicontos. Num segundo momento, busca descrever a sua estrutura linguística e formas de utilizarmos nos aspectos de leitura e escrita em sala de aula.

Empreenderemos nosso trabalho baseando-nos, principalmente, nos pressupostos teóricos postulados por Tvares (2023), Bueno (2021), Spalding (2008), Marcuschi (2008), entre outros.

2. OS ASPECTOS SOCIOCOMUNICATIVOS DO MINICONTO

Nos anos 1980, os estudos voltados para o ensino-aprendizagem da língua escrita ampliou, o desenvolvimento social, cultural, econômico, político em nosso país durante o século XX, ganhou maior visibilidade e as muitas demandas de leitura e de escrita nas práticas sociais e profissionais, gerando a necessidade de mais avançadas e diferenciadas habilidades de leitura e de escrita, o que exigiu, conseqüentemente, reformulação de objetivos e introdução de novas práticas no ensino da língua escrita na escola, de que é exemplo a grande ênfase que se passa a atribuir ao desenvolvimento de habilidades de compreensão leitora e de produção de textos de uma ampla e variada de gêneros textuais e de usos sociais da língua escrita. É então que surge no contexto educacional o termo letramento.

O conceito de Letramento de acordo Soares (2005) está associado à prática social, assim como ela conceitua:

Letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. Em outras palavras, letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social (SOARES, 2005, p. 72).

O conceito de letramento refere-se às variadas práticas sociais em que a língua escrita e a leitura estão envolvidas, tomar um ônibus ou solicitar um transporte pelo aplicativo, assistir ao noticiário pela TV ou acessar as notícias pelos sites de redes sociais, escrever um bilhete ou mandar uma mensagem instantânea pelo *Whatsapp*, todas essas são práticas em que a leitura e a escrita se fazem presentes. As novas tecnologias contemporâneas fazem emergir novos tipos de texto que nos demandam novos letramentos, não é somente o letramento da letra (do verbal, das palavras), mas também o letramento das múltiplas linguagens (ou multiletramentos).

No geral, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) descreve que no Ensino Fundamental o estudante precisa compreender que a linguagem é, mais do que tudo, dinâmica e, portanto, deve constantemente participar desse processo de transformação. A BNCC apresenta como uma das competências relacionadas à linguagem o aluno ter condições compreender as linguagens sobre vários aspectos humanos e sociais.

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais (BRASIL, 2018, p.65).

De acordo com Marcuschi (2008), a língua é vista como um conjunto de atividades sociais e históricas. Ela não pode ser regida como um sistema fechado, ignorando suas manifestações de uso. Desse modo, analisar a língua em um estudo dirigido a seus valores morfológicos ou sintáticos, por exemplo, tende a ser uma maneira generalizada, deixando de lado o contexto em que a língua é

utilizada, as diversas situações de comunicação e a influência do contexto social e histórico em sua constituição.

Rojo e Barbosa (2015), nas esferas de atividade humana, a comunicação verbal não são estáticas, pois se transformam junto com as mudanças históricas, sociais e culturais e nem são estanques, já que estão relacionadas estreitamente e influenciando-se mutuamente, funcionando, muitas vezes, de maneira imbricada ou híbrida. As autoras apontam algumas características dos textos multimodais, próprios da contemporaneidade, argumentando que a multimodalidade deve ser levada em conta para os efeitos de sentidos e para a análise de composição e de estilo dos textos contemporâneos, os quais estão cada vez mais hipermediatizado.

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. As novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam acessíveis a qualquer um a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da Web. Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc. (BRASIL, 2018, p.68).

Nos estudos dos gêneros, em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin (2011) os gêneros do discurso são amplamente maleáveis e adaptáveis às diversas formas de comunicação que se vinculam com as múltiplas atividades e esferas de interação humanas. Assim, essas atividades modificam a linguagem, a comunicação e os gêneros discursivos acompanham o mesmo movimento de configuração de um novo gênero.

Dessa forma, nas plataformas virtuais, a linguagem que representa e é dada através de um comportamento dinâmico e moderno de uso da linguagem. É dessas variadas esferas que surgem os enunciados, representação de gêneros e concretização de discursos, sempre únicos enquanto possibilidades de utilização da língua.

De acordo com a BNCC (2018), os multiletramentos; e as práticas da cultura digital no currículo contribuem para uma participação mais efetiva e crítica nas práticas contemporâneas de linguagem. Dessa forma, contemplar cultura digital a diferentes linguagens e letramentos. Assim, podemos destacar,

Da mesma maneira, imbricada à questão dos multiletramentos, essa proposta considera, como uma de suas premissas, a diversidade cultural. Sem aderir a um raciocínio classificatório reducionista, que desconsidera as hibridizações, apropriações e mesclas, é importante contemplar o cânone, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente (BRASIL, 2018, p.70).

Considerando esse conjunto de princípios da BNCC sobre linguagens, os eixos de integração considerados a Língua Portuguesa, oralidade, leitura e escrita, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica, diferenças discursivas e sobre os modos de organização e gênero textuais, destacamos os minicontos ou microcontos.

Os minicontos começam a surgir no século XX como resultado de um processo de miniaturização do conto, como defende o estudioso Marcelo Spalding (2008). Podemos caracterizar o miniconto como um texto contemporâneo extremamente curto e conciso. São textos que podem tematizar múltiplos assuntos e contar diferentes tipos de histórias, mas que são majoritariamente conhecidos por sua natureza irreverente, inusitada, ambígua e provocadora. O interessante é observar como o gênero miniconto, antes estritamente verbal, estático e impresso, adentra o ciberespaço e, na atualidade, valendo-se das possibilidades tecnológicas e digitais contemporâneas, torna-se agora um gênero digital, interativo e principalmente multissemiótico.

Figura 1: Exemplo de miniconto



Fonte: Disponível em:

<https://www.blogs.unicamp.br/marcapaginas/2020/01/14/mini-contos-e-minicontos-digitais-potencialidades-do-genero-para-o-desenvolvimento-dos-letramentos-e-dos-multiletramentos-por-matheusbueno/>

Spalding (2008) atribui a disseminação do miniconto à internet, devido ao tamanho adequado para a leitura na tela do computador, uma vez que a objetividade e a rapidez são características do mundo contemporâneo.

Para Tvaes, o mini ou micronto é termo novo e assim ele o define:

O miniconto é um termo literário relativamente jovem, se comparado aos gêneros e formas textuais que o antecedem. As evidências mostram que esta forma literária está inserida em um processo de formação. Um dos consensos que ainda falta se chegar é na questão da nomenclatura quando comparado com

o microconto. Apesar de alguns contistas e teóricos não fazerem distinção entre um e outro (TVARES, 2023, p. 6).

O miniconto provém de outro gênero já bastante conhecido: o conto. Contudo, o conto em sua estrutura se difere do miniconto em alguns aspectos. Dessa forma, exemplificar o gênero miniconto, da mesma forma que se analisa o conto, foge das concepções bakhtinianas de gênero, pois a especificidade contida em um não se parece genuinamente com o que se encontra no outro.

De fato, os minicontos são produções que conquistaram grande popularidade na contemporaneidade e, graças às novas tecnologias, podem ser encontrados em profusão na internet. São narrativas que incorporam o mundo urbano, veloz, saturado e hiperconectado no qual vivemos (BUENO, 2021, p.33.).

Outro ponto importante a ser discutido é a escolha do léxico para compor o miniconto. Com o uso restrito de palavras, os autores usam de recursos que permitem agilidade de leitura e ao mesmo tempo são capazes de obter entendimento na constituição do enunciado. Neles, é comum ocorrer o uso de polissemia (diferentes sentidos para o uso da mesma palavra) e a omissão de conjunções.

O miniconto, de maneira mais genérica, pode ser considerado como uma narrativa. Dessa maneira, inconscientemente, nos remetemos à formação do miniconto buscando eleger os princípios clássicos de um texto narrativo, contendo: narrador, personagem, enredo, tempo e espaço. Contudo, como já mencionado, o miniconto tem como característica conter poucas palavras, e a partir delas, estabelecer um propósito comunicativo.

É essencial adotarmos uma perspectiva de estudo que relacione a origem do miniconto ao conto, porque, assim, enfatizamos que os minicontos apresentam certas especificidades narrativas que os aproximam e os remetem especificamente ao conto. Desta maneira, não corremos o risco de erroneamente confundir nosso objeto de estudo com outros gêneros de textos breves e concisos (ditados, piadas, aforismos etc.) que, justamente por não apresentarem tais especificidades, não poderiam ser denominados como minicontos (BUENO, 2021, p.34.).

Com características composicionais próximas ao conto, apresenta uma particularidade narrativa, porém poderá explicar conteúdos que visam refletir, por exemplo, uma situação social contemporânea. O papel do leitor é essencial para compreensão da mensagem ao ler.

Ao destacarmos o importante papel que o leitor deve assumir ao ler uma microficcão, estamos na verdade sublinhando as potencialidades do gênero miniconto como instrumento para a formação leitora de alunos dos mais diversos níveis escolares. Entendemos que a participação ativa do leitor é fundamental para a leitura e compreensão de todos os tipos de textos, literários ou não, mas acreditamos que os minicontos potencializam essa participação e, por essa razão, são interessantes textos a serem trabalhados nas escolas, a fim de que os estudantes possam desenvolver seus (multi)letramentos, seus

letramentos literários e suas habilidades de leitura, sejam habilidades de compreensão ou habilidades de apreciação e réplica ativa (BUENO, 2021, p.47).

Os minicontos podem dar vazão à subjetividade dos alunos, podem gerar relevantes discussões sobre temas do cotidiano, podem fazer com que as crianças e adolescentes aprimorem suas capacidades de inferir, levantar e verificar hipóteses, investigar marcas textuais e seus efeitos de sentido.

3. Minicontos como atividade de leitura e escrita

Considerando que toda obra literária precisa de leitores para preenchê-la de sentido, com os minicontos essa premissa não é diferente. Por isso, trabalhar com minicontos em sala de aula permite que estudantes, enquanto leitores, possam colocar-se criticamente diante do texto ficcional e das amplas possibilidades de interpretação deste.

Um miniconto precisa manter em sua estrutura narrativa uma quantidade mínima de caracteres, precisa trazer uma história que possibilite a construção de sentidos. A narratividade deve manter uma a sequência das ações, o enredo curto e “direto ao ponto” fazendo que o leitor perceba que há uma história contada, sem detalhes, mas ainda assim uma narrativa literária. Elementos esses que tornam o gênero conciso, mas não menos literário que o conto.

Para pontuar os elementos que compõem a micronarrativa, vamos analisar dois minicontos, um de autor consagrado na Literatura Brasileira, Dalton Trevisan e outro de um autor contemporâneo Rodrigo Ciríaco, ambos minicontos de grande circulação nos livros didáticos e nas redes sociais. Dessa forma, vamos exemplificar primeiro o miniconto 86, de autoria do Trevisan e na sequência o de autoria de Ciríaco, miniconto *Maioridade*.

86

À saída da fábrica de bijuteria, a operária entregando a marmita suspeita:

- Ela faz barulho? Reviste. Pode Revistar. Veja quanta joia tem aí dentro.

- ...

- Só ossinho de galinha do meu almoço. (TREVISAN, Dalton. 11 ais. São Paulo. LPM.2000. p.92.)

A maioria dos textos de Dalton Trevisan é de confronto à sociedade e seus costumes, além da política e cultura. A violência, os tipos populares e os flagrantes da vida privada consolidam situações e personagens considerados grotescos pelo público. O autor Trevisan, descreve uma situação comum, mas desagradável, e obriga o leitor a se deparar com o que a sociedade costuma recusar, quando há essa opção.

O texto (86) é bem curto, mas provoca grande impacto sobre o leitor. Trevisan desenha uma situação que o trabalhador é humilhado e tem sua moralidade posta em dúvida. Ao mesmo tempo em que expõe a rotina dura de um trabalhador que precisa submeter a condições precárias de trabalho. O

miniconto consegue levantar pontos de reflexão mesmo deixando imprecisões sobre o perfil detalhado das personagens.

Para compreender melhor a estrutura desse gênero, é importante chamar a atenção para a “narratividade” do miniconto, de maneira que os alunos percebam que há uma história sendo contada. Pois, posteriormente, na produção escrita, os alunos deverão se atentar a esse elemento, evitando incorrer na produção de versos poéticos ou aforismos na intenção de produzir um miniconto.

Agora vamos para o miniconto *Maioridade* de autoria de Ciríaco que assim o produziu:

Maioridade

- Peste! Já chega! Vou convocar seus pais agora.
- Então chama, pode chamar, prussôra. Desde que nasci, num sei nada sobre eles...

(CIRÍACO, Rodrigo. *Te pego lá fora*. 2ª ed. São Paulo. Editora DSOP. 2014.)

No miniconto, podemos perceber que o autor utilizou uso de travessão, ponto de exclamação e interrogação. A pontuação ajuda na compreensão do texto e transmite a ideia de oralidade e de caráter de um diálogo, presente nas narrativas longas. Além de usar linguagem informal e sem rigor gramatical e expressões de xingamento ou desvio de linguagem (Peste/prussôra). O diálogo é entre uma professora e um aluno que está se comportando de forma inadequada na sala, mas ao chamar a atenção do aluno é surpreendida pela resposta do mesmo. Em um texto curto, com narratividade com apenas dois personagens consegue provocar e criticar um dos problemas sociais do país que o abandono paterno e materno.

Em suma, o miniconto do autor Trevisan e do autor Ciríaco, são textos que possibilitam tanto um debate de suas temáticas críticas quanto no projeto de narratividade e linguagem para o trabalho em sala de aula.

Ensinar a escrever não é tarefa fácil. Muitos professores concordariam com essa afirmação, já que sabem o quanto é difícil fazer com que os alunos tenham interesse em produzir qualquer texto não é fácil. Nesse sentido, o miniconto tendo como principal característica a sua extensão pequena pode facilitar o trabalho e envolvimento do aluno na produção textual. Assim é importante uma sequência que envolva atividade em sala de aula: *pré-leitura, leitura, atividades orais de interpretação e debate, atividades escritas de interpretação*.

Ao propor uma produção textual, antes, pode desenvolver uma atividade de reconstrução da textualidade e compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos. Estratégias de leitura. Apreciação e réplica. Nesse sentido, o aluno precisa ser capaz de interagir de forma eficiente de acordo com a estrutural textual, não sou reproduzindo ideias pré-concebidas e conceitos lexicais, mas avaliando e expressando linguisticamente no texto, de acordo com as habilidades que envolvem o processo de leitura e escrita, também descritas na BNCC.

(EF89LP33) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes – romances, contos

contemporâneos, minicontos, fábulas contemporâneas, romances juvenis, biografias romanceadas, novelas, crônicas visuais, narrativas de ficção científica, narrativas de suspense, poemas de forma livre e fixa (como haikai), poema concreto, ciberpoema, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores (BRASIL, 2018, p.187).

Considerando que toda obra literária precisa de leitores para preenchê-la de sentido, com os minicontos essa premissa não é diferente. Por isso, trabalhar com minicontos em sala de aula permite que os alunos, enquanto leitores, possam colocar-se criticamente diante do texto ficcional e das amplas possibilidades de interpretação deste.

Os minicontos são um reflexo das sociedades hipermodernas, incorporando valores e representando temas contemporâneos, eles também são textos que, justamente em virtude de seu tamanho curto, se adaptam muito bem à internet e ao ciberespaço onde a propagação de textos breves, de maior divulgação e compartilhamento.

Além de absorverem preceitos contemporâneos e serem difundidos pela rede mundial de computadores, os minicontos unem-se às novas tecnologias de um segundo modo. Isso porque, muito mais do que apenas permitirem uma intensa proliferação de microficcões, a internet e os ambientes digitais atingem o gênero de forma mais profunda e modificam também sua natureza, transformando sua aparência e a maneira como são acessados, lidos e produzidos (BUENO, 2021, p.54).

Nesse sentido, Spalding (2008) faz uma ressalva ao afirmar que o miniconto precisa ter certo grau de determinação para que o leitor possa preencher os seus vazios a partir da estrutura proposta. Logo, nesse gênero, o leitor torna-se coautor da produção literária.

De forma geral, ler e escrever com eficiência, ainda é um obstáculo para muitos alunos, assim, através diferentes planos de aulas, seja por meio de sequências didáticas ou outras metodologias ativas, atividades que vislumbrem o trabalho no qual possa superar etapas do aprendizado. O gênero miniconto, pode apresentar-se como um aliado nas aulas de leitura e escrita, por meio do qual possamos desenvolver a imaginação e expandir o horizonte dos jovens leitores e possibilitando o melhor desempenho da leitura e escrita.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea vivencia inúmeros avanços tecnológicos digitais, novos desafios que demandam ações imediatas dos sujeitos das diversas esferas sociais. Devido às transformações culturais, as mudanças na maneira de comunicação, de informação, de interação tornaram-se visíveis e indispensáveis à diversidade de recursos digitais. A multimodalidade da linguagem empregada pelos cidadãos, inseridos nessa realidade, proporciona múltiplas possibilidades de leitura e de produção textual, favorecendo a progressão em conhecimentos linguísticos e culturais.

Na atualidade, é possível afirmar que o público leitor tem apresentado, cada vez mais, um vasto interesse por leituras mais rápidas e dinâmicas devido à quantidade de informações provenientes do

acesso às novas tecnologias. A maneira como acessamos e processamos os textos na atualidade tem passado por transformações, exigindo, assim, novos entendimentos de como a interpretação e a compreensão se faz presente em gêneros textuais recém-criados.

Os minicontos podem constituir uma forte ferramenta de motivação para os alunos no que se refere à produção, à interpretação e à leitura crítica de textos, com potencial para reduzir as fronteiras existentes entre os alunos e os gêneros literários tradicionalmente estudados produzidos na escola.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudia. *Minicontos e Minicontos Digitais: Potencialidades do Gênero para o Desenvolvimento dos Letramentos e dos Multiletramentos*, por Matheus Bueno. In: *Marcas páginas: Um blog sobre estudos literários*. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/marcapaginas/2020/01/14/minicontos-e-minicontos-digitais-potencialidades-do-genero-para-o-desenvolvimento-dos-letramentos-e-dos-multiletramentos-por-matheus-bueno/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BUENO, Matheus Felipe Xavier. *Minicontos e minicontos digitais: potencialidades dos gêneros para o desenvolvimento dos letramentos e multiletramentos*. Campinas: Editora Unicamp / Publicações IEL, 2021. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/sites/default/files/iel/publicacoes/Minicontos2021.pdf>. Acesso em 13 de janeiro de 2025.

CIRÍACO, Rodrigo. *Te pego lá fora*. 2ª ed. São Paulo. Editora DSOP. 2014

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; BARBOSA, Jaqueline P. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Editora Parábola, 2015.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SPALDING, Marcelo. *Os cem menores contos brasileiros do século e a reinvenção do miniconto na literatura brasileira contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Literaturas Brasileira, Portuguesa e Luso-africanas) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13816/000651683.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 de janeiro de 2024.

TREVISAN, Dalton. *11 ais*. São Paulo. LPM. 2000.

TVARES, Alexandra. *Miniconto: onde o implícito é tão importante quanto o dito*. Paraíba: Suplemento literário do Jornal A União: O Correio das Artes, 2023. Disponível em: <https://www.auniao.pb.gov.br/servicos/correio-das-artes/edicao-digital-2023/correio-das-artes-marco-de-2023.pdf/@@download/file/Correio%20das%20Artes%20-%20Mar%C3%A7o%20de%202023.pdf>. Acesso em: 6 de janeiro de 2025.

ATUAÇÃO DA ODONTOLOGIA HOSPITALAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM GESTÃO MUNICIPAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

PERFORMANCE OF HOSPITAL DENTISTRY IN THE UNIFIED HEALTH SYSTEM UNDER MUNICIPAL MANAGEMENT: AN ANALYSIS OF THE EXPERIENCE OF NOVA IGUAÇU

Leonardo Guimarães de Andrade, Claudia Cristiane Baiserredo de Carvalho, Andreia Ribeiro

1- Universidade Iguazu – UNIG e Secretaria de Saúde do Município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil.
Autor correspondente: Leonardo Guimarães de Andrade

E-mail: leonardog.andrade@email.com

RESUMO

A Odontologia Hospitalar constitui uma área estratégica da atenção à saúde ao integrar ações preventivas, curativas e reabilitadoras voltadas ao sistema estomatognático, com repercussões diretas sobre a saúde sistêmica de pacientes hospitalizados. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), sua inserção no ambiente hospitalar, especialmente sob gestão municipal, representa um avanço significativo na consolidação do princípio da integralidade do cuidado. Este artigo analisa a atuação do cirurgião-dentista na gestão dos serviços de Odontologia Hospitalar no município de Nova Iguaçu, discutindo aspectos organizacionais, legais e assistenciais. Trata-se de uma revisão de literatura, complementada por análise de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Os resultados evidenciam que a presença do cirurgião-dentista nas equipes multiprofissionais hospitalares contribui para a redução de infecções oportunistas, diminuição do tempo de internação e racionalização de custos do sistema público de saúde. Conclui-se que, embora existam avanços relevantes na inserção da Odontologia Hospitalar na rede municipal, persistem desafios relacionados à carga horária profissional e à organização da força de trabalho, demandando ajustes estruturais para qualificação da atenção hospitalar.

Palavras-chave: Odontologia Hospitalar; Sistema Único de Saúde; Gestão em Saúde; Saúde Bucal.

ABSTRACT

Hospital Dentistry is a strategic field of health care that integrates preventive, curative, and rehabilitative actions focused on the stomatognathic system, with direct repercussions on the systemic health of hospitalized patients. Within the context of the Unified Health System (SUS), its inclusion in hospital settings, particularly under municipal management, represents significant progress toward comprehensive care. This article analyzes the role of dental surgeons in managing Hospital Dentistry services in the municipality of Nova Iguaçu, discussing organizational, legal, and care-related aspects. This study is based on a literature review combined with an analysis of data from the National Registry of Health Establishments (CNES). The findings indicate that the presence of dental surgeons in hospital multidisciplinary teams contributes to reducing opportunistic infections, shortening hospital stays, and optimizing public health system costs. Despite relevant advances, challenges related to professional workload and workforce organization remain, indicating the need for structural adjustments to improve hospital care quality.

Keywords: Hospital Dentistry; Unified Health System; Health Management; Oral Health.

1. INTRODUÇÃO

A Odontologia Hospitalar tem ampliado sua relevância no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente diante da necessidade de garantir a integralidade do cuidado aos pacientes hospitalizados. Tradicionalmente associada a procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade, a atuação do cirurgião-dentista em ambiente hospitalar passou a incorporar ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas voltadas à manutenção da saúde bucal e à redução de complicações sistêmicas relacionadas às condições orais.

A inserção do cirurgião-dentista nas equipes multiprofissionais hospitalares fundamenta-se no princípio da integralidade, previsto nas Leis Orgânicas da Saúde (Leis nº 8.080 e nº 8.142/1990), bem como nas diretrizes de humanização e organização das redes de atenção à saúde. Evidências científicas demonstram que a adequada assistência odontológica em pacientes internados, especialmente em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), contribui para a redução de infecções oportunistas, do tempo de internação e dos custos assistenciais, além de favorecer melhores desfechos clínicos.

No âmbito da gestão pública municipal, a estruturação da Odontologia Hospitalar ainda apresenta desafios relacionados à distribuição de profissionais, carga horária, organização dos fluxos assistenciais e integração com os demais níveis de atenção. No município de Nova Iguaçu, observa-se um processo gradual de incorporação do cirurgião-dentista às unidades hospitalares, respaldado por normativas nacionais e por dados institucionais do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), embora persistam lacunas na consolidação desse serviço.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a atuação da Odontologia Hospitalar no Sistema Único de Saúde, com ênfase nos desafios e nas perspectivas da gestão municipal no município de Nova Iguaçu, considerando os aspectos assistenciais, normativos e organizacionais que permeiam a inserção do cirurgião-dentista no ambiente hospitalar.

A inserção da Odontologia Hospitalar no Sistema Único de Saúde reflete a evolução do conceito ampliado de saúde, no qual a atenção ao paciente ultrapassa a abordagem fragmentada e passa a considerar o indivíduo em sua integralidade. Tradicionalmente, a prática odontológica esteve associada ao atendimento ambulatorial, com foco em procedimentos eletivos. Entretanto, o avanço das políticas públicas de saúde e o reconhecimento da interface entre saúde bucal e condições sistêmicas impulsionaram a ampliação do campo de atuação do cirurgião-dentista para o ambiente hospitalar.

Nesse cenário, a Odontologia Hospitalar emerge como uma prática interdisciplinar, integrada às equipes multiprofissionais, especialmente em unidades de internação e de terapia intensiva. Pacientes hospitalizados apresentam maior vulnerabilidade a infecções e complicações decorrentes de alterações bucais, o que reforça a necessidade de cuidados odontológicos sistematizados durante a internação. A literatura aponta que a negligência da saúde bucal pode impactar negativamente os desfechos clínicos, prolongando o tempo de internação e elevando os custos assistenciais.

O objetivo da pesquisa foi analisar a importância da atuação do cirurgião-dentista na Odontologia Hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde, com ênfase na gestão municipal do município de Nova Iguaçu, destacando os impactos assistenciais, organizacionais e gerenciais dessa inserção.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza descritiva, fundamentado em uma revisão de literatura associada à análise documental de bases institucionais. A revisão bibliográfica foi realizada a partir da consulta a livros, artigos científicos e documentos oficiais publicados no período de 2022 a 2023, selecionados nas bases de dados CAPES, MEDLINE, PubMed, SciELO, BIREME e Cochrane Oral Health Group.

Foram utilizados como descritores, em língua portuguesa e inglesa, os seguintes termos: *Odontologia Hospitalar*, *Sistema Único de Saúde*, *Gestão em Saúde*, *Equipe Multiprofissional* e *Saúde Bucal*. A seleção dos estudos considerou como critérios de inclusão publicações que abordassem a atuação do cirurgião-dentista em ambiente hospitalar, sua integração às equipes multiprofissionais e a relação entre saúde bucal e condições sistêmicas de pacientes hospitalizados.

Complementarmente, realizou-se a análise documental de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), operacionalizado por meio do Ministério da Saúde, com o objetivo de identificar a inserção de cirurgiões-dentistas nas unidades hospitalares do município de Nova Iguaçu. Foram considerados os estabelecimentos classificados como hospitais, bem como informações relacionadas ao vínculo profissional, carga horária e Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Os dados obtidos foram analisados de forma qualitativa, buscando-se integrar as evidências da literatura científica com as informações institucionais, de modo a subsidiar a discussão acerca da organização, dos desafios e das perspectivas da Odontologia Hospitalar no contexto da gestão municipal do SUS.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Inserção da Odontologia Hospitalar no Sistema Único de Saúde

Os resultados da revisão de literatura evidenciam que a Odontologia Hospitalar vem se consolidando progressivamente como parte integrante da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no contexto da assistência hospitalar. A atuação do cirurgião-dentista em ambiente hospitalar ultrapassa o enfoque tradicional centrado em procedimentos cirúrgicos, incorporando ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas que impactam diretamente a saúde sistêmica dos pacientes internados.

Estudos apontam que a presença do cirurgião-dentista em equipes multiprofissionais contribui para a redução de infecções hospitalares, especialmente aquelas associadas à ventilação mecânica, além de minimizar complicações decorrentes da má condição de saúde bucal, como focos infecciosos, processos inflamatórios e dor. Esses achados reforçam a importância da Odontologia Hospitalar como

estratégia de qualificação da assistência, alinhada aos princípios da integralidade e da humanização do cuidado preconizados pelo SUS.

No entanto, apesar dos avanços normativos e do reconhecimento gradual dessa área de atuação, a inserção do cirurgião-dentista nas unidades hospitalares ainda ocorre de forma heterogênea no território nacional, refletindo desigualdades regionais e limitações estruturais na organização dos serviços de saúde.

3.2 Redes de Atenção à Saúde Bucal e Gestão Municipal

A organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) constitui um dos pilares para a efetivação da integralidade do cuidado no SUS. No âmbito da saúde bucal, a estruturação de uma rede temática possibilita a articulação entre os diferentes níveis de atenção, promovendo a continuidade assistencial e a racionalização do uso de recursos.

Os achados do presente estudo indicam que a gestão municipal desempenha papel central na consolidação dessas redes, uma vez que é responsável pela coordenação dos serviços, definição de fluxos assistenciais e alocação de profissionais. A integração da Odontologia Hospitalar às RAS favorece o fortalecimento dos mecanismos de referência e contrarreferência, permitindo que pacientes com demandas de maior complexidade sejam adequadamente encaminhados e acompanhados.

Entretanto, a literatura aponta que fragilidades na governança das redes, associadas à insuficiência de planejamento e financiamento, comprometem a efetividade da atenção à saúde bucal no contexto hospitalar. Esses desafios são particularmente relevantes em municípios de grande porte populacional, nos quais a demanda por serviços especializados tende a ser mais elevada.

3.3 Atenção Secundária e Terciária no Contexto Hospitalar

No que se refere aos níveis de atenção, a Odontologia Hospitalar se insere predominantemente na atenção terciária, embora mantenha interface direta com a atenção secundária. A atenção especializada contempla procedimentos que demandam maior complexidade tecnológica e clínica, incluindo atendimentos sob anestesia geral, acompanhamento de pacientes imunodeprimidos, oncológicos e portadores de doenças sistêmicas graves.

Os resultados analisados indicam que a adequada articulação entre atenção primária, secundária e terciária é fundamental para evitar sobrecarga dos serviços hospitalares e garantir a resolutividade do cuidado. A ausência de fluxos bem definidos pode resultar em encaminhamentos inadequados e no uso ineficiente dos recursos disponíveis.

Nesse contexto, a atuação do cirurgião-dentista no ambiente hospitalar deve estar alinhada às diretrizes da rede de atenção, de modo a assegurar que os procedimentos realizados estejam devidamente indicados e integrados ao plano terapêutico global do paciente.

3.4 Aspectos Normativos: CNES, CBO e AIH

A análise documental revelou que a atuação da Odontologia Hospitalar no SUS é respaldada por um conjunto de normativas que regulamentam o exercício profissional e o registro dos procedimentos realizados em ambiente hospitalar. Destacam-se, nesse sentido, as portarias do Ministério da Saúde que autorizam o cirurgião-dentista a emitir e preencher a Autorização de Internação Hospitalar (AIH), bem como a inclusão dos códigos correspondentes na Tabela de Procedimentos do SUS.

O correto registro do profissional no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), associado à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), constitui requisito essencial para o lançamento dos procedimentos no Sistema de Informação Hospitalar (SIH/SUS). A ausência ou inadequação desses registros compromete a visibilidade da atuação odontológica e dificulta o planejamento e a avaliação dos serviços.

Apesar da existência desse arcabouço normativo, os resultados indicam que sua operacionalização ainda enfrenta entraves na prática cotidiana, especialmente relacionados à capacitação dos gestores e à padronização dos processos administrativos nas unidades hospitalares.

3.5 Realidade da Odontologia Hospitalar no Município de Nova Iguaçu

A análise dos dados do CNES referentes ao município de Nova Iguaçu evidencia a presença significativa de cirurgiões-dentistas vinculados à rede hospitalar, integrando equipes multiprofissionais de assistência. Contudo, a distribuição desses profissionais, bem como a carga horária destinada às atividades hospitalares, revela limitações importantes para a consolidação da Odontologia Hospitalar enquanto serviço estruturado.

Observa-se que parte expressiva dos cirurgiões-dentistas atua com carga horária reduzida ou dividida entre atendimento ambulatorial e hospitalar, o que pode comprometer a continuidade e a qualidade da assistência prestada aos pacientes internados. Essa configuração suscita questionamentos quanto à capacidade de atendimento às demandas específicas de unidades como as UTIs, que requerem acompanhamento sistemático e intervenções oportunas.

Dessa forma, embora o município apresente avanços na incorporação da Odontologia Hospitalar, os resultados indicam a necessidade de ajustes na gestão, incluindo a ampliação de vínculos específicos para atuação hospitalar e o fortalecimento da organização dos serviços, de modo a assegurar a integralidade e a efetividade do cuidado no âmbito do SUS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Odontologia Hospitalar configura-se como um componente estratégico para a efetivação da atenção integral à saúde no Sistema Único de Saúde, sobretudo no contexto hospitalar. A atuação do cirurgião-dentista em equipes multiprofissionais contribui de forma significativa para a prevenção de infecções, o controle de processos inflamatórios e a redução de complicações sistêmicas associadas às condições de saúde bucal de pacientes hospitalizados, especialmente aqueles internados em Unidades de Terapia Intensiva.

Os achados deste estudo evidenciam que, apesar dos avanços normativos e institucionais que respaldam a atuação da Odontologia Hospitalar no SUS, sua consolidação no âmbito da gestão municipal ainda enfrenta desafios relevantes. No município de Nova Iguaçu, observa-se a presença expressiva de cirurgiões-dentistas vinculados à rede hospitalar; contudo, a distribuição desses profissionais, a carga horária reduzida e a divisão entre atividades ambulatoriais e hospitalares limitam a efetividade do cuidado ofertado.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o fortalecimento da gestão municipal, com investimentos na ampliação de vínculos específicos para atuação hospitalar, reorganização dos fluxos assistenciais e integração efetiva da Odontologia Hospitalar às Redes de Atenção à Saúde. A adequada operacionalização dos instrumentos normativos, como o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, a Classificação Brasileira de Ocupações e a Autorização de Internação Hospitalar, também se mostra fundamental para o planejamento, a avaliação e a sustentabilidade dos serviços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. F. et al. *Coordenação do cuidado e atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1811-1820, 2018.*

ARENÇA, A. M. et al. *Avaliação da cavidade oral em pacientes hospitalizados. Revista Brasileira de Odontologia, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 195-201, 2012.*

BASSO, M. B. et al. *A construção da rede de atenção à saúde bucal no Distrito Federal, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, p. 2155-2165, 2019.*

BEZINELLI, L. M. et al. *Cost-effectiveness of the introduction of specialized oral care with laser therapy in hematopoietic stem cell transplantation. Hematological Oncology, Chichester, v. 31, n. 4, p. 229-235, 2013.*

BOSIO, R. S. *Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade: uma análise da prática de atividades multi e interdisciplinares nas Unidades Básicas de Saúde. 2009. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.*

BRASIL. Ministério da Saúde. *Assistência de média e alta complexidade no SUS. Brasília: CONASS, 2011.*

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria SAS/MS nº 743, de 20 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.*

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria SAS/MS nº 1.001, de 03 de outubro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.*

CAYETANO, M. H. et al. *Política Nacional de Saúde Bucal Brasileira: um resgate histórico, aprendizados e perspectivas futuras. Universitas Odontologica, Bogotá, v. 38, n. 80, p. 6-9, 2019.*

CHENG, K. K. et al. *Impact of oral mucositis on short-term clinical outcomes in pediatric patients undergoing chemotherapy. Supportive Care in Cancer, Heidelberg, v. 21, n. 6, p. 1635-1641, 2013.*

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. *Resolução CFO nº 22/2001. Brasília, 2001.*

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. *Resolução CFO nº 25/2002. Brasília, 2002.*

CORACIN, F. L. et al. Oral health as a predictive factor for oral mucositis. *Clinics, São Paulo*, v. 68, n. 6, p. 792-796, 2013.

FERREIRA, J. A. et al. Saúde bucal e infecção hospitalar em unidades de terapia intensiva. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva, São Paulo*, v. 29, n. 1, p. 98-105, 2017.

HERNÁNDEZ-FERNÁNDEZ, A. et al. Influence of oral health on mucositis in patients undergoing hematopoietic progenitor cell transplantation. *Medicina Oral Patología Oral y Cirugía Bucal, Valencia*, v. 17, n. 1, p. e94-e101, 2012.

LOTTA, G. S. *Políticas públicas e gestão em saúde*. São Paulo: Editora Fiocruz, 2019.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro*, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, 2010.

PAEGLE, A. C. R. O.; SOUZA, E. H. A.; OLIVEIRA, P. A. Coordenação das equipes de saúde bucal: avaliação para melhoria da qualidade. *Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada, João Pessoa*, v. 12, n. 4, p. 497-503, 2012.

SANTOS, P. S. S. *Medicina bucal: a prática na odontologia hospitalar*. São Paulo: Santos, 2012.

ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO NO ENSINO SUPERIOR

ACCESS AND RETENTION OF PEOPLE WITH DISABILITIES AND GLOBAL DEVELOPMENTAL DISORDERS IN HIGHER EDUCATION

Paulo Rogério Silva de Paiva Junior¹, Simony Ricci Coelho¹ e Paula Alessandra de Souza Mantilla Giehl¹.

1- Universidade Iguazu – UNIG

Autor Correspondente: Paulo Rogério Silva de Paiva
E-mail: paivajunior2006@hotmail.com

RESUMO

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, apesar de ser um direito de cidadania e está expresso na Constituição Federal de 1988, ainda representa um desafio a ser superado na atual conjuntura, pois somente a legislação não tem sido suficiente para garantir que este público participe ativamente e com todas as condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo. A entrada em Instituições de Ensino Superior (IES) de alunos, público alvo da Educação Especial, entre eles alunos com deficiência, provocou um movimento no sentido de oportunizar um ensino igualitário e democrático. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo geral objetivo desta pesquisa é Compreender o processo de inclusão e permanência de pessoas com deficiências na Educação Superior, evidenciados em artigos científicos de periódicos especializados, vinculados a universidades públicas. Os resultados obtidos se deram a partir da análise de 25 artigos selecionados, divididos em dois blocos (acessibilidade e Permanência) e posteriormente analisados. Após a análise pudemos concluir que existe uma preocupação em relação as melhorias da acessibilidade e permanência dos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, mas que a prática desses estudos precisam ser mais intensificadas no cotidiano das universidades.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Superior. Deficiência. Educação Especial.

ABSTRACT

The process of inclusion of people with disabilities in higher education, despite being a right of citizenship and expressed in the Federal Constitution of 1988, still represents a challenge to be overcome in the current situation, as legislation alone has not been enough to ensure that this audience participates actively and with all the necessary conditions for the development of the educational process. The entry into Higher Education Institutions (HEIs) of students, the target audience of Special Education, including students with disabilities, caused a movement to create opportunities for egalitarian and democratic education. Thus, this work has the general objective of this research is to understand the process of inclusion and permanence of people with disabilities in Higher Education,

evidenced in scientific articles of specialized periodicals linked to public universities.. The results were obtained from the analysis of 25 selected articles, divided into two blocks (accessibility and permanence) and later analyzed. After the analysis, we could conclude that there is a concern about improving the accessibility and permanence of students with disabilities and pervasive developmental disorders, but that the practice of these studies needs to be further intensified in the everyday life of universities.

Keywords: Inclusion; College education; Deficiency; Special education.

1. INTRODUÇÃO

No contexto universitário, é necessário visualizar e compreender os processos de exclusão de grupos em situação de vulnerabilidade, com atenção especial para as pessoas com deficiência (ROSSETO,2008) uma vez que, segundo os autores, o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, apesar de ser um direito de cidadania e estar expresso na Constituição Federal de 1988, ainda representa um desafio a ser superado na atual conjuntura, pois somente a legislação não tem sido suficiente para garantir que este público participe ativamente e com todas as condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo.

No tocante a essa complexidade, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: As políticas públicas existentes são suficientes para o acesso e permanência do aluno, público alvo da Educação Especial na universidade com vistas à formação profissional? Tal indagação se fez presente na organização estabelecida 15 para realização desta dissertação ao definir como Objetivo Geral: Compreender o processo de inclusão e permanência de pessoas com deficiências na Educação Superior, evidenciados em artigos científicos de periódicos especializados, vinculados a universidades públicas. Tendo por Objetivos Específicos: (i) identificar Políticas Públicas através da literatura especializada, que subsidiam a Educação Especial; (ii) evidenciar as condições de acesso e permanência oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) a partir da análise acerca das publicações de artigos científicos de revistas especializadas, na área de Educação/Humanidades - no período de 2016 a 2020, de extratos elevados no *Qualis*, vinculadas a universidades públicas das cinco regiões do país; e (iii) mapear a existências de procedimentos pedagógicos que subsidiam o desenvolvimento e profissionalização dos graduandos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

Desta forma, é mister conhecer a vivência educacional daqueles que estão no cotidiano das universidades e dar luz às percepções diante dessa formação acadêmico-profissional e, foi com as vozes dos autores dos artigos encontrados em periódicos especializados, que acreditei ser possível traçar uma aproximação do caminho percorrido pelos estudantes a partir das discussões sobre políticas públicas nacionais de acesso e permanência na Educação Superior.

A pessoa com deficiência necessita de atendimento especial, de acordo com a sua necessidade específica, na escola ou no dia a dia. Áreas temáticas como autismo, deficiência visual, auditiva, bem como sobre a paralisia cerebral, têm estudos acerca do diagnóstico, das causas e dos atendimentos visando minimizar os efeitos e realizar as adaptações possíveis para proporcionar qualidade de vida e a participação cidadã a todos.

2. METODOLOGIA

A abordagem de pesquisa adotada é de natureza qualitativa (CRESWELL, 2006). A investigação inicialmente se deu por meio de revisão da literatura, a partir da seguinte indagação: As políticas públicas existentes são suficientes para o acesso e permanência do aluno, público alvo da Educação Especial na universidade com vistas à formação profissional? Acreditando que muitas respostas viriam do cenário existente, foi necessário ampliar olhar para um horizonte até então desconhecido.

2.1 Caracterização dos instrumentos de análise

Os instrumentos de análise da pesquisa correspondem aos seguintes critérios estabelecidos: (i) artigos publicados, no período de 2016 a 2020; (ii) busca aleatória de 5 (cinco) periódicos especializados da área de Educação/Humanidades, – representando as Regiões do país; (iii) vínculos com universidades públicas; e (iv) extrato *Qualis* Capes elevado. Para acesso aos artigos, foi utilizado como filtro para identificação as publicações que continham as palavras –chave: Inclusão; Educação Superior; Deficiência; Educação Especial. A escolha do vínculo do periódico com universidades públicas, se deu pois as universidades públicas são as maiores mantenedoras de periódicos com *Qualis/Capes* elevados, devido ao grande quantitativo de Programas de Pós Graduação *Strictu Sensu* que se desenvolvem nessas universidades e possuem representações em todas as regiões do país.

Os dados coletados foram interpretados, após terem sido organizados, tendo por base a técnica de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2011), que divide esse processo em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A autora define esses três momentos como sendo, respectivamente, uma fase de organização propriamente dita, uma aplicação sistemática das decisões tomadas e, por fim, o tratamento do material de forma que fique “falante” e válido (BARDIN, 2011). A AC “se constitui de várias técnicas onde busca-se descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos” (CAVALCANTE *et al*, 2014, p.13). Na pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo, enquanto técnica de análise e organização de dados, detém algumas características. Dentre elas, está a aparência de ser um método mais simples de estruturar os dados coletados. A intenção da AC “é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência essa que recorre a indicadores -quantitativos ou não” (BARDIN, 2011, p.38).

2.2 Pré-análise

A primeira etapa da AC constituiu-se na pré-análise que Bardin (2011, p.95) define como “a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais”. Nela está compreendida a “leitura flutuante, constituição do corpus, formulação e reformulação de hipóteses ou pressuposto” (CAVALCANTE *et al*, 2014, p.16). Para que o corpus fosse constituído, foi necessário analisar o tema dos trabalhos que foram pesquisados. O alcance do que é vinculado nesses periódicos, podem ser provenientes de regiões diferentes, uma vez que as revistas veiculam conteúdos produzidos em âmbito nacional.

2.3 Exploração do material

Nessa etapa é realizado o tratamento do material selecionado na pré-análise que Bardin (2011, p. 103-104) denomina como codificação. Segundo ela, esse “é o processo pelo qual os dados brutos são

transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É relevante destacar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), referem-se quanto ao acesso à educação inclusiva e a tomada de medidas e apoio específicos para garantir as condições de acessibilidade, que visem à participação dos estudantes com deficiência em ambientes que potencialize o desenvolvimento acadêmico e social, o que reflete na seguridade da “igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação” previstas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2000)

Assim, a educação de pessoas com deficiência ganha formas universais e levanta debates acerca do atendimento das necessidades especiais, dando ênfase ao desenvolvimento pessoal e acadêmico dessa população partindo do pressuposto que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Nesse cenário, a inclusão de estudantes com deficiências representa uma importante iniciativa da universidade em assumir uma missão institucional em resposta às demandas. A chegada ao ensino superior leva o estudante a enfrentar uma realidade educacional nova (COULON, 2008).

A pessoa com deficiência necessita de atendimento especial, de acordo com a sua necessidade específica, na escola ou no dia a dia. Áreas temáticas como autismo, deficiência visual, auditiva, bem como sobre a paralisia cerebral, têm estudos acerca do diagnóstico, das causas e dos atendimentos visando minimizar os efeitos e realizar as adaptações possíveis para proporcionar qualidade de vida e a participação cidadã a todos.

Observar a singularidade dos alunos é fundamental para a sua adaptação e desenvolvimento dentro da escola. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva,

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008, p. 5).

A partir do movimento pela garantia dos direitos humanos e do pensamento de construção cidadã, com foco no reconhecimento dos sujeitos e respeito às diferenças, a sociedade se mobilizou em função da sistematização dos direitos. Tal ação foi fundamental para evidenciar os processos excludentes que fazem parte do sistema tradicional de ensino e que afetam crianças que apresentam alguma deficiência. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), deve-se “[...] oferecer, aos portadores¹ de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade”.

Para Bueno (1999, p.8), “passou-se a considerar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais”. Segundo a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de nº 13.146 de 6 de julho de 2015, o artigo 2º define que a pessoa com deficiência é:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Conforme Mazzotta (1989), diante dos avanços alcançados, a escola aparece como produtora de homens educados. Desta forma, a educação escolar constitui-se no único caminho seguro para a realização da educação dos cidadãos com deficiência, só assim os direitos de uma educação de qualidade a indivíduos com deficiência serão de fato efetivos, pois, ainda que a escola encontre dificuldade de propiciar um atendimento adequado aos alunos com deficiência, desenvolverá a reflexão no meio escolar sobre esses indivíduos, possibilitando um pensamento crítico quanto à educação inclusiva.

De acordo com Mattei e Haiduke (2010), sinalizam a carência para a necessidade de aprofundamento de pesquisas acerca das Políticas de Inclusão para o Ensino Superior, um campo que ainda se considera “minado” por apresentar interpretações e traduções dessas políticas de forma específica e em alguns pontos divergentes.

Podemos verificar que as mudanças nas políticas públicas brasileira relacionadas à educação de pessoas com deficiência pode ser considerada a partir da lei nº 9.394 / 1996 (1996), que normatiza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual um dos capítulos é dedicado à Educação Especial. Explicita-se que o atendimento educacional deve atender às necessidades específicas do aluno em todos os níveis de ensino, tendo o apoio especializado quando necessário. Para isso, mudanças na estrutura e na organização da escola são fundamentais, como a flexibilidade nos currículos, metodologias e recursos de ensino, especialização do professor para o atendimento especializado, terminalidade específica,

¹ A utilização da expressão “portador de necessidades especiais” foi descontinuada, de acordo com o Decreto 6949, de 25 de agosto de 2009.

educação especial para o trabalho e acesso aos benefícios dos programas sociais suplementares - Lei n. 9.394, 1996 (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018).

A entrada em Instituições de Ensino Superior (IES) de alunos, público alvo da Educação Especial, entre eles alunos com deficiência, provocou um movimento no sentido de oportunizar um ensino igualitário e democrático. A Portaria n.º 3.284 (BRASIL, 2002) é um instrumento legal de exigibilidade que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência e apresenta os critérios adotados aos processos de autorização e de reconhecimento dos cursos, bem como credenciamento das IES.

O lançamento do Programa de Acessibilidade na Educação Superior – “INCLUIR” em 2005 e que se encontra vigente até o momento, foi de suma importância, pois propõe ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior, fomentando a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2014).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), por meio dos dados divulgados no resumo técnico do Censo da Educação Superior (INEP, 2019), mostrou que o número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação aumentou de 20.530 no ano de 2009 para 48.520 matriculados, no ano de 2019. Em relação ao percentual de alunos matriculados nos cursos de graduação, houve um aumento de 0,34%, no ano de 2009, para 0,56% no ano de 2019.

As condições de acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior não implica apenas na construção de espaços fisicamente acessíveis, mas também na existência de recursos pedagógicos (livros, equipamentos, instrumentos, entre outros), informações para a comunidade técnico-administrativa, instruções e/ ou capacitação aos professores e apoio institucional (MOREIRA, BOLSANELLO E SEGER, 2011).

Portanto, como diz Moreira, Bolsanelo e Seger (2011), há de se proporcionar uma mudança no desenvolvimento de uma instituição no seu fazer tradicional tanto no ensino, na pesquisa e na extensão quanto na infraestrutura oferecida a toda a comunidade docente, discente e administrativa.

Esse é um momento histórico-social desafiador de acordo com Moreira, Bolsanelo e Seger (2011), pois tornar o ensino superior igualmente acessível a todos os que desejam cursá-lo é uma tarefa complexa. Exige o delineamento de atitudes pautadas na eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a plena participação dessa população nas diferentes esferas sociais.

Dito de outro modo, problematizar as condições de acessibilidade na universidade, em especial as percepções dos docentes, implica, por conseguinte, conceber o ensino superior como um espaço democrático, formador de opiniões e de produção de conhecimento, que combate a discriminação e o preconceito (MOREIRA, BOLSANELLO E SEGER, 2011).

O desafio que a universidade brasileira enfrenta hoje vai ao encontro de articular a democratização do acesso ao nível de educação que requer garantia de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências sensorial, físico, intelectual, comportamental e motor, de alguma forma a maneira de ensinar e aprender (POKER; VALENTIM; GARLA, 2018).

4. RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados alcançados fundamentaram-se nos títulos e resumos dos artigos selecionados, pode-se constatar que a maioria deles realizou estudo acerca do acesso e da permanência dos alunos universitários, objetivando de formas diversas a efetiva inclusão desses alunos.

Para acesso aos artigos, foi utilizado como filtro para identificação as publicações que continham as palavras –chave: Inclusão; Educação Superior; Deficiência; Educação Especial. No Quadro 1 encontra-se descrito as revistas escolhidas e as respectivas Regiões ao qual elas fazem parte.

Revista	Região
Revista Brasileira de Educação Especial	Região Sudeste
Revista de Educação especial	Região Sul
Revista Educação e Humanidades	Região Norte
Revista Educação em Questão	Região Nordeste
Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade.	Região Centro-Oeste

Quadro 7 – Revistas Científicas e suas perspectivas regiões

Fonte: Próprio Autor

Seguindo os critérios de análise estabelecidos, desenvolvemos o estudo dos artigos, separando-os por categorias. O tema central gira em torno do acesso e permanência de pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, e a partir deste ponto, separamos a análise em dois blocos, um sobre acessibilidade e outro de permanência das pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento nas instituições de ensino superior. Foi analisado o objetivo, a metodologia e os resultados de cada artigo.

Para melhorar o desenvolvimento da escrita deste capítulo, os artigos foram categorizados por códigos². Os 25 artigos encontrados foram distribuídos em temáticas conforme o quadro 10, disposto abaixo:

Quadro 10 - Organização dos artigos

Categoria	Organização	Total de artigos
Acessibilidade (AC)	AC1, AC2, AC3, AC4, AC5, AC6	6
Permanência (PER)	PER1, PER2, PER3, PER4, PER5, PER6, PER7, PER8, PER9, PER10, PER11, PER12, PER13, PER14, PER15, PER16, PER17, PER18, PER19,	19

Fonte: Próprio Autor

² Conforme o quadro “Síntese do *corpus*” localizado no apêndice.

4.1 Estudos sobre Acessibilidade

A inclusão na Educação Superior vem ocupando crescente espaço nos debates educacionais nacionais e remetem à trajetória da democratização do ensino, mas percebe-se ainda certa fragilidade no que se refere às diretrizes, apesar da existência de um número expressivo de legislações nessa área específica.

O artigo AC1 “Revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade a Educação Superior EaD – 2005 a 2018”. Foi realizado um estudo que objetivou apresentar uma revisão sistemática de Teses e Dissertações defendidas no Brasil sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior EaD. Os resultados obtidos foram: tiveram maior ênfase a partir do ano de 2005, porém, somente a partir de 2014, que iniciou a presença do descritor núcleo de acessibilidade na educação superior. Nesse sentido, das teses e dissertações defendidas no Brasil até 2018, apenas um estudo de revisão teórica sobre inclusão na Educação Superior; outro estudo, de intervenção para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior; e somente um estudo, que trata da implementação de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior de uma IES privada, na modalidade de Educação a Distância (FANTACINI e ALMEIDA 2019).

O artigo denominado AC2, cujo tema é “A visão de universitários com deficiência sobre acessibilidade no Ensino Superior”, tem por objetivo investigar o ponto de vista de universitários com deficiência sobre as condições de acessibilidade da universidade. Ao reunir os resultados encontrados, os autores Silva e Oliveira (2018, p.57) constataram que foi possível notar discursos em favor da compreensão da acessibilidade como limitadora da participação de estudantes nos espaços e conhecimento compartilhado na/pela universidade e que, embora de forma episódica, convergem com a escuta de conquistas de direitos no acesso à Educação. Pensar nessa prerrogativa implicará defender a acessibilidade como sendo a possibilidade de a comunidade acadêmica atuar na remoção de barreiras que limitam a participação das pessoas, as quais independem de suas condições físicas, intelectuais e sensoriais, a participar de atividades do cotidiano. Os estudantes revelam movimentos discursivos de resistência e empoderamento de quem outrora estava às margens dos muros da universidade.

Ainda buscando conhecimento sobre acessibilidade de alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento na Educação Superior, o artigo AC3 “Políticas de expansão da Educação Superior no Brasil nos últimos 30 anos”, tem por objetivo descrever as políticas públicas de expansão da educação superior no Brasil nos últimos 30 anos. Os resultados obtidos evidenciam que em decorrência das políticas públicas adotadas o crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas tem se sobreposto às IES públicas em reflexo as ideologias políticas do período (MAZZARI; GOMES; FALCÃO, 2020, p.39).

O artigo AC4, intitulado “Universidade Acessível: com a Voz os Estudantes Surdos do Ensino Médio”, tem como objetivo investigar a percepção dos surdos sobre o ingresso no Ensino Superior. Os resultados mostraram que grande parte dos alunos manifestou o desejo de ingressar na universidade e de continuar seus estudos. A falta de preparo e orientação da escola básica para garantir os conhecimentos científicos necessários a essa finalidade aliada à ausência do profissional tradutor/intérprete de Libras/Português no contexto universitário foram consideradas como os maiores obstáculos para o ingresso na universidade.

O artigo AC5, “Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas”, que teve como objetivo caracterizar as condições de acessibilidade para mulheres com deficiência que estão na educação superior. O resultado pesquisa mostra que o estudo sobre acessibilidade na educação superior é desenvolvido em predominância por mulheres e que a multidimensionalidade do sentido da acessibilidade faz com que os pesquisadores busquem respostas em outros campos, saindo assim, dos limites da hiperespecialização da Educação Especial. Esse aspecto pode contribuir para a inovação e avanço do conhecimento em foco (SILVA, GONZÁLES-GIL, 2017).

O último artigo sobre acessibilidade AC6 “Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras”, teve como objetivo traçar um panorama das ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade em favor da participação das pessoas com deficiência nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). A partir dos resultados obtidos, observou-se que o estudo evidenciou que é necessário um maior investimento da universidade em ações de acessibilidade realizadas pelos núcleos para todos os segmentos da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e técnico-administrativo) através da oferta de ações de sensibilização, promovendo informação, conhecimento e conscientização dos dispositivos legais e políticas relacionadas à remoção das barreiras, visando a alterações no regimento interno, no projeto político-pedagógico e no plano de desenvolvimento institucional das instituições de ensino superior brasileira, em prol de uma educação menos excludente (CIANTELLI; LEITE, 2016).

4.2 Estudos sobre Permanência na Universidade

Quando descrevemos sobre a permanência dos alunos com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento no ensino superior, nos referimos a tudo o que está ao redor dos alunos, no meio acadêmico, que corrobore para sua permanência na universidade, até a conclusão do curso e, também, aquilo que pode fazer com que o processo de evasão ocorra.

O artigo denominado PER1, intitulado “A Avaliação da Aprendizagem no Contexto da Justiça Educativa para População com Deficiência na Educação Superior”, tem por objetivo analisar a avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência participantes em diferentes programas acadêmicos. Os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que a prática da avaliação como uma proposta para avançar na construção de um sistema educativo mais justo deve reconhecer as expectativas de desempenho dos estudantes com deficiência relacionadas ao desempenho acadêmico, articulado ao perfil profissional, livre de preconceitos devido às condições pessoais, sociais e culturais, prevalecendo a capacidade sobre a limitação (ALZATE, 2018).

O PER2 “A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior”, tem por objetivo analisar a produção científica sobre a educação inclusiva no ensino superior. Através dos resultados, observou-se que para as ações educativas de inclusão e a complexidade dessas questões, pressupõe-se que as discussões ainda não estão prontas e não se encerram em si mesmas, mas sim, estão sendo construídas e transformadas à medida que se avança no conhecimento das realidades e reais necessidades das pessoas com necessidades especiais, para que sejam efetivamente inclusas com igualdade e plenitude nas universidades (OLIVEIRA *et al*, 2016).

Ainda buscando sobre a permanência de alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento no ensino superior, o artigo PER3 “A percepção de universitários sobre a atuação do

intérprete de libras no ensino superior”, tem como objetivo analisar a percepção de estudantes surdos e ouvintes sobre a atuação do intérprete de Libras, no contexto universitário. Os resultados adquiridos demonstram que os universitários foram capazes de reconhecer a importância da presença desse profissional, na formação acadêmica do graduando surdo, reforçando a necessidade de medidas institucionais que apoiem a oferta, sem restrição, para efetivação da sua contratação no contexto universitário (CORRÊA, SANDER E MARTINS, 2017).

Em continuidade a AC, o artigo PER4 “A interferência da modulação da voz do docente na aprendizagem de universitários cegos”, tem como objetivo analisar, sob o ponto de vista de pessoas com deficiência visual, como a modulação da voz do docente interfere no aprendizado, interesse e motivação ao longo do curso de graduação. Os resultados mostraram que os cegos percebem na modulação da voz do docente, a empatia desse com relação a eles, e quando o docente sabe, ou não, como proceder de forma adequada aos alunos com deficiência visual. Há necessidade de materiais de ensino adaptados, de mobilidade adequada e de professores capacitados, para se melhorar o ensino para cegos. Percebeu-se que a variação no timbre, na altura e na frequência da voz do professor pode motivar ou desmotivar o aluno cego (PRADO e FEITOSA, 2019).

O PER5 “Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Pará: Dificuldades e Sugestões de Melhoramento, com o objetivo de identificar as características socioeconômicas e acadêmicas de alunos com deficiência da Universidade Federal do Pará (UFPA), suas dificuldades e sugestões de melhoramento das acessibilidades. Os resultados demonstraram que a UFPA necessita investir em pesquisa, monitoria e extensão, planejar ações de apoio financeiro voltadas a suprir as necessidades físicas e materiais e melhorar as condições da acessibilidade arquitetônica. Conhecimento apropriado pode patrocinar o planejamento de ações afirmativas que favoreça a inclusão e o bem-estar desses alunos (PEREIRA *et al*, 2020).

O artigo PER6, “Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior”, cujo objetivo foi identificar, do ponto de vista do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o processo de adaptação à universidade, as dificuldades enfrentadas, as estratégias utilizadas e os recursos oferecidos pelas universidades. Os resultados descritos por Agillar e Rauli (2020, p.9) apontaram que na adaptação à universidade, enfrentaram dificuldades relacionadas ao estigma, ao desconhecimento do TEA por parte da comunidade acadêmica, além de dificuldades causadas pelas características próprias do TEA, como a sobrecarga sensorial e emocional. Apesar de cada autista demandar intervenções específicas, a IES necessita construir mecanismos que o acolham e favoreçam o processo de inclusão. Medidas universais, disponíveis a todo o corpo acadêmico, com foco em promover a equidade, defender e valorizar a diversidade e educar a comunidade do campus fornecendo informações sobre o TEA são necessárias não apenas para a inclusão do autista, mas para a construção de uma sociedade mais justa para todos.

O artigo PER7 “Desafios enfrentados por alunos com deficiência, professores e intérpretes: um estudo na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Vitória da Conquista”, cujo objetivo é conhecer os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência, professores e intérpretes de Libras na UESB, campus de Vitória da Conquista.

Os autores Santos e Gomes (2020) constataram ao analisarem as entrevistas que a Universidade tem implementado ações visando a inclusão de tais alunos. No entanto, ainda falta muito para que a UESB se torne uma Instituição inclusiva. Diversas dificuldades foram levantadas, desde barreiras arquitetônicas, comunicacionais, de linguagem até atitudinais. Ademais, evidenciaram-se diversos

desafios enfrentados pelos intérpretes de Libras, que vão desde a excessiva carga horária à falta de reconhecimento do papel que desempenham.

O estudo PER8 “Experiência de pessoas com deficiência no ensino superior: um olhar sobre a vivência de empoderamento e autoadvocacia”, teve como objetivo analisar como a inserção de pessoas com deficiência nesse nível de ensino conduz a vivência do empoderamento e da autoadvocacia e rompe com o isolamento social. Os resultados encontrados deixaram evidências que os achados desta pesquisa revelam que a inserção no ensino superior gera autonomia e a participação; a universidade é um ambiente que cria oportunidades para que pessoas com deficiência interajam com pessoas sem deficiência, gerando um círculo de amizades; a presença de estudantes com deficiência na universidade pode trazer também a não aceitação delas por parte dos/as outros/as colegas, os/as quais não conseguem compreender a posição de autoadvogadas; as práticas docentes são elementos-chave para favorecer ou não o processo de empoderamento de pessoas com deficiência (Dantas, 2018).

Caminhando nos estudos sobre acessibilidade permanência dos alunos com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento no ensino superior, o estudo PER9 “Inclusão no Ensino Superior e o uso de Tecnologias Assistivas: uma avaliação com base nas percepções de discentes de licenciatura”, tem por objetivo avaliar as percepções dos discentes de licenciatura sobre a inclusão no Ensino Superior utilizando o áudio-texto como instrumento problematizador. Dentre os resultados obtidos, os autores Rosa *et. al.* (2020, p.17) afirmaram que a formação docente foi um dos aspectos apontados como ponto chave para a qualidade do processo inclusivo bem como condição de acessibilidade e permanência do estudante com deficiência no Ensino Superior. E que a construção do áudio-texto possibilitou a compreensão de que as práticas inclusivas devem atender às necessidades individuais do estudante com deficiência, bem como a demanda da turma. Neste sentido, as Tecnologias Assistivas podem também ser consideradas como ferramentas pedagógicas pertinentes para espaços de aprendizagem significativa.

No caminho das análises nos deparamos com o artigo PER10 “O surdo e a aprendizagem mediada por recursos tecnológicos na Educação Superior”, cujo objetivo foi analisar a percepção de estudantes surdos da Universidade Federal do Recôncavo Bahiano acerca da aprendizagem mediada por recursos tecnológicos utilizados no seu processo de graduação dessa Instituição Federal de Ensino. Os resultados da pesquisa demonstraram que, segundo as percepções dos estudantes surdos, alguns docentes utilizam recursos tecnológicos como potencializadores no processo de aprendizagem desses acadêmicos surdos, favorecendo o envolvimento e participação deles na Educação Superior. Tais recursos foram reconhecidos pelos surdos participantes (RIBEIRO, MIRANDA E GALVÃO FILHO, 2019).

O artigo PER11 “Orientação profissional para estudantes universitários com deficiências: conceitos, políticas e práticas”, que possui os seguintes objetivos: a) identificar produções científicas nacionais e internacionais que tiveram como foco temático a orientação profissional de estudantes universitários com deficiência; b) analisar a inter-relação entre os conteúdos das produções científicas e os documentos oficiais nacionais; e c) identificar e analisar elementos que possam constituir a elaboração e implantação de serviços de orientação profissional. Ao reunir os dados encontrados na pesquisa, Morgado e Cabral (2020) obtiveram os seguintes resultados : a análise integrativa indicou que um programa adequado de orientação profissional para estudantes universitários com deficiência deva ser proposto sob uma perspectiva biopsicossocial, envolvendo as instituições de ensino e o mundo do trabalho, fomentando a autonomia, o reconhecimento de suas identidades, diferenças, expectativas profissionais e de vida, sob a perspectiva do lifelong learning.

O artigo PER12 “Percepção de Docentes sobre o Ingresso de um Estudante Surdo em um Campus Universitário”, teve por objetivos conhecer a percepção de docentes sobre o movimento causado no Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ-Macaé com a entrada do primeiro estudante surdo profundo no curso de Medicina, bem como identificar as demandas geradas ao curso para seu acesso e sua permanência. A partir dos resultados obtidos, os autores obtiveram a conclusão que os docentes se percebem como parte da instituição e não foram preparados para receber o estudante surdo, determinando o aparecimento de diferentes sentimentos e emoções, como angústias, medos e desafios. Os professores buscaram estratégias para adaptar as suas aulas e avaliações, porém observaram importantes dificuldades de aprendizado do estudante. A UFRJ precisa preparar-se para receber estudantes surdos além de investir em grandes esforços para que seja garantida uma educação inclusiva para todos os estudantes com deficiência (CAPELLI, DI BLASI E DUTRA, 2020).

Analisar e descrever a percepção de estudantes com deficiência visual e sem deficiência (tutores) sobre a atividade de tutoria de pares é o objetivo do artigo PER13 Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior. Os resultados mostraram que “as díades tutor-tutorado, na condição de colegas de mesma classe, apresentaram um maior grau de satisfação com relação à tutoria, tanto na visão dos tutorados, quanto na concepção dos próprios tutores” (FERNANDES E COSTA, 2016).

O artigo PER14 “Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior”, analisou a evasão de alunos surdos no ensino superior, e tem delineamento quantitativo, descritivo e documental, a partir de pesquisa documental, onde dados acadêmicos do período de 2000 a 2013 por meio de estatística descritiva. Os resultados indicam os seguintes indicadores: 61 % dos alunos são oriundos de escolas de educação especial, e a modalidade de ingresso com maior prevalência é o vestibular (87,88%), sendo os cursos de licenciatura a escolha de 51,52% dos estudantes que estiveram matriculados no período pesquisado. Os dados referentes às movimentações acadêmicas indicam que 66,67% dos alunos com deficiência auditiva (DA) vivenciaram mudanças em relação à organização inicial do semestre em que estavam matriculados. A evasão do grupo estudado ocorreu exclusivamente nos dois primeiros semestres do curso, o que pode indicar que as dificuldades de permanência estejam presentes desde o início do percurso acadêmico (ZILLIOTO, SOUZA E ANDRADE, 2018).

O artigo PER15 “Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná”, que analisou a inclusão dos estudantes com deficiência na Educação Superior. Após a obtenção dos resultados, os autores concluíram que ações de responsabilidade das IES ficaram a cargo das famílias, que assumem papel relevante para que eles superem dificuldades impostas pela própria deficiência. A compreensão e estímulo de professores e de amigos são condições que também os auxiliam na permanência e na conclusão do curso. Com relação ao desempenho nas atividades acadêmicas, o ritmo dos estudantes não é respeitado. Os conteúdos não são disponibilizados via e-mail, que seria uma medida simples para facilitar o acesso ao conhecimento, Em relação aos estudantes surdos e com deficiência auditiva, vemos que suas condições nas Universidades poderiam ser diferentes se fossem levadas em consideração suas diferenças linguísticas e suas necessidades específicas de aprendizagem. Muitas vezes, a desinformação nas Universidades causam situações de desconforto entre professores e estudantes, impossibilitando a aprendizagem (MENDES; BASTOS, 2016).

A pesquisa PER 16 “A produção de conhecimentos sobre Educação Superior no Brasil em artigos publicados entre 2008 e 2018, cujo objetivo foi oferecer uma síntese analítica das produções

acadêmicas sobre o panorama atual da educação superior brasileira. A partir dos resultados adquiridos, percebeu-se que o cenário da educação superior no Brasil é fortemente influenciado por movimentos globais do capitalismo com viés neoliberal, com incentivo de organismos multilaterais que impulsionam uma expansão mercantilizada, diversificada, privada e elitizada. Também se apresentam as temáticas de inclusão de sujeitos: alunos oriundos de escolas públicas, alunos com deficiências diversas e alunos com deficiência auditiva com abordagem de tecnologias de apoio (assistivas) à mediação técnico-pedagógica para o sujeito com deficiência auditiva; os impactos da presença de negros e indígenas que reivindicam espaços nas universidades. Quanto às estratégias de enfrentamento ao problema da exclusão, os artigos tratam das ações afirmativas (JACOBUS, VITELLI E FRITSCH, 2019).

Objetivando caracterizar as teses em Educação Especial desenvolvidas nos s Programas de Pós-Graduação em Educação, do Estado de São Paulo, no período de 1985 a 2009, o artigo PER17 Características e Tendências das Teses em Educação Especial Desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Estado de São Paulo. Os resultados obtidos ao longo de desenvolvimento da pesquisa, demonstraram que as teses em EEs desenvolvidas pelos PPGE do Estado de SP estão em movimento, o qual pode ser visto com otimismo e cautela, o primeiro advém da aproximação da área com os problemas da educação escolar brasileira, já o segundo, relaciona-se fundamentalmente ao predomínio de estudos descritivos e de pesquisa-ação, que parecem indicar respectivamente, dispersão e não necessariamente a produção do novo, e certa adesão imediatista de caráter acrítico à concepção de inclusão e escola das políticas educacionais praticadas no Brasil (SILVA, 2016).

O artigo PER18 “Concepção do Primeiro Curso Online de Pedagogia em uma Perspectiva Bilíngue Libras-Português”, contextualizou o processo de construção do primeiro curso superior online de Pedagogia Bilíngue (Libras- Português). A partir da análise dos dados estudados, concluiu-se que o panorama apresentado ao longo do artigo faz um diagnóstico complexo das discussões acerca das práticas pedagógicas em que se inserem o debate e a implantação de projetos de educação bilíngue para surdos. A concepção do primeiro curso online de Pedagogia Bilíngue Libras-Português aponta diversos desafios educacionais, políticos e tecnológicos. Nota-se, a priori, a tarefa de articular a dinâmica entre os fundamentos da educação online colaborativa e as especificidades da educação de surdos, criando um lócus de realização (AVA) capaz de potencializar as interações entre estudantes surdos e não-surdos por meio do círculo de cultura. Há, ainda, a devida preocupação com a construção do currículo, focado na formação de professores bilíngues comprometidos com a transformação social, aptos para atuarem na educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais), educação de jovens e adultos, educação especial e na gestão de unidade escolar (MACHADO, TEIXEIRA E GALASSO, 2017).

“Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática”, último artigo da análise PER19, analisou a produção científica acerca da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. A partir dos resultados obtidos, que orientam a elaboração de práticas inclusivas que fortaleçam os serviços disponibilizados aos estudantes universitários com deficiência, recomenda-se, ainda, que futuras pesquisas sejam realizadas acerca da capacitação dos professores e na disponibilidade dos cursos online. Há a necessidade de qualificar o professor para que adote métodos adequados de ensino e aprendizagem referentes a cada tipo de deficiência. É necessário que as instituições de ensino superior invistam nos cursos de capacitação de docentes na área da inclusão. Em relação aos cursos online oferecidos pelas universidades, as mesmas devem estar equipadas com tecnologias assistivas e, assim, promover a autonomia do aluno com deficiência, permitindo que ele estabeleça relações com o mundo virtual (PEREIRA et al, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um movimento educacional, social e político que defende o direito de todas as pessoas a participarem da sociedade e de serem respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, a inclusão defende o direito dos estudantes a se desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de se apropriarem das competências que lhes permitam exercer o seu direito por meio de uma educação de qualidade, atendendo, assim, as suas necessidades, interesses e características.

Um dos papéis das instituições de ensino superior é incentivar a geração de conhecimento por meio de pesquisas e também conscientizar a população acadêmica sobre a importância da valorização do ser humano, inclusive daqueles com deficiência, facilitando o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para que elas ocupem seu lugar na sociedade. O estudante com deficiência busca conhecimento e formação acadêmica e profissional ao ingressar em uma universidade, e esta, por outro lado, enquanto espaço social e educacional, deve reafirmar seu compromisso com uma educação de qualidade, com direito à cidadania, a justiça social e a democracia, assumindo, desta maneira, um papel fundamental no crescimento pessoal e acadêmico do estudante e o dever de oportunizar a educação para todos.

Este estudo tem por objetivo Compreender o processo de inclusão e permanência de pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento na Educação Superior, evidenciados em artigos científicos de periódicos especializados, vinculados a universidades públicas. Percebeu-se que a partir da análise dos conteúdos propostos, foram encontrados resultados bastante diferenciados, que envolvem a inclusão (acessibilidade) e permanência de pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento na educação superior.

Em cada artigo analisado, dentre as mais variadas temáticas descritas, se percebeu diversas maneiras de se contribuir para a melhoria e desenvolvimento da inclusão proposta no objetivo.

Tivemos estudos relacionados as variadas deficiências e ao transtorno Global do desenvolvimento, onde foi demonstrado, pelos autores, a descrição de estudos que descrevem possibilidades de se ter um acesso e uma permanência de forma mais eficaz dentro da Educação superior.

Pudemos concluir que existe uma preocupação em relação as melhorias da acessibilidade e permanência dos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, mas que na prática esses estudos precisam ser mais intensificadas no cotidiano das universidades.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, C. P. C.; RAULI, P. F. *Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior*, Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 33, 2020.

ALZATE, J. I. C. *A Avaliação da Aprendizagem no Contexto da Justiça Educativa para População com Deficiência na Educação Superior*, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.1, p.89-102, Jan.-Mar., 2018.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília-DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida*. Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília-DF: 2002a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em 18 dez. 2020.

BRASIL, *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC: Brasília-DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>>. Acesso em 24 mai. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispões sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*. Brasília-DF: 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em 24 março 2021.

BRASIL. *Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências*. Brasília-DF: 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em 30 out. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Brasília-DF, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 30 out. 2020.

BRASIL. *lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

BUENO, J. G. S. *Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: Generalistas ou Especialistas?* Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba/SP: Editora: UNIMEP, SP, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

CAPELLI, J. C. S.; Di BLASI, F.; DUTRA, F. S. *Percepção de Docentes sobre o Ingresso de um Estudante Surdo em um Campus Universitário*, Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.26, n.1, p.85-108, Jan.-Mar., 2020.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. *Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método*. Informação e Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 24, n. 1, p.13-18, abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10000>>. Acesso em: 18 Fev. 2021.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, Lúcia Pereira. *Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras*, Rev. Bras. Ed. Esp, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, Jul.-Set., 2020.

COULON, A. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.

- CORRÊA, J. R. S.; SANDER, R. E. MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. A percepção de universitários sobre a atuação do intérprete de libras no ensino superior, *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 58, p. 529-540, maio/ago. 2017.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DANTAS, T. C. *Experiência de pessoas com deficiência no ensino superior: um olhar sobre a vivência de empoderamento e autoadvocacia*, *Revista Educação Especial*, v. 3, n. 62, p. 525-538, jul./set., 2018.
- FANTACINI, R.A.F.; ALMEIDA, M.A. *Revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior EaD – 2005 a 2018*. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, p. 1-26, 2019.
- FERNANDES, W. L.; COSTA, C. L. *Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior*. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 21, n. 1, p. 39-56, Jan.-Mar., 2015.
- GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. *Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência*, *Revista de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, Número Especial, 33-40, 2018.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2019: resumo técnico*. Brasília: INEP. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf Acesso em 25 de Julho de 2021.
- JACOBUS, A.; VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. *A produção de conhecimentos sobre Educação Superior no Brasil em artigos publicados entre 2008 e 2018*, *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 57, n. 53, p. 1-26, e-17114, jul./set. 2019.
- MACHADO, E. E.; TEIXEIRA, D. E.; GALASSO, B. J. B. *Concepção do Primeiro Curso Online de Pedagogia em uma Perspectiva Bilíngue Libras-Português*, *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.23, n.1, p.21-36, Jan.-Mar., 2017.
- MAITTE, A.R.N.; HAIDUKE, I.F. *O GT. AUNE da PUCPR e o uso das tecnologias assistidas no processo de inclusão dos acadêmicos*, 2010. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/252010204535.pdf>. Acesso em 20 de março de 2021.
- MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M.A.; SEGER, R.G. *Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco*. *Educar em Revista*, V 41, 125-143, 2011. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009. Acesso em: 09 Março de 2021.
- MAZZARI, A. S.; GOMES, M. L. R.; FALCÃO, N. M. *Políticas de expansão da educação superior no Brasil nos últimos 30 anos*, *Revista Educação e Humanidades*, VII, n 1, pág.632-653, jan-jun, 2020.
- MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MENDES, E. G. *Breve Histórico da educação especial no Brasil*. *Revista Educación y Pedagogía*, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-108, maio-agosto, 2010.
- MORGADO, L. A. S.; CABRAL, L. S. A. *Orientação profissional para estudantes universitários com deficiências: conceitos, políticas e práticas*, *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 33, 2020.

- OLIVEIRA, R. Q. et al. *A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior*, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, Abr.-Jun., 2016.
- PEREIRA, R. R. *Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática*, Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 147-160, jan./abr., 2016.
- PEREIRA, R. R. et al. *Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Pará: Dificuldades e Sugestões de Melhoramento*, Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.26, n.3, p.387-402, Jul.-Set., 2020.
- POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. *Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo*, Rev. Psic. Esc. e Educ. São Paulo, Número Especial, 127-134, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-127.pdf> Acesso em: 08 Março de 2021.
- PRADO, C. C., FEITOSA, T. F. *A interferência da modulação da voz do docente na aprendizagem de universitários cegos*, Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 33, 2020.
- RIBEIRO, S. S.; MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. *O surdo e a aprendizagem mediada por recursos tecnológicos na Educação Superior*, Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 32, 2019.
- ROSA, C. M. *Inclusão no Ensino Superior e o uso de Tecnologias Assistivas: uma avaliação com base nas percepções de discentes de licenciatura*, Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 33, 2020.
- ROSSETO, E. *Políticas de inclusão no Ensino Superior no Brasil*, Revista Temas & matizes: políticas educacionais, Cascavel, n. 13, p.49-57, jan-jul, 2008.
- SANTOS, C. N.; GOMES, A. F. *Desafios enfrentados por alunos com deficiência, professores e intérpretes: um estudo na UESB, Câmpus Vitória da Conquista*, Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v.7, n. 15, p. 251-272, jul./dez. 2020.
- SILVA, R. H. R.; *Características e Tendências das Teses em Educação Especial Desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo*, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 1, p. 125-144, Jan.-Mar., 2016.
- SILVA, J.S. S.; GONZÁLES-GIL, Francisca. *Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas*. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.4, p.607-622, Out.-Dez., 2017.
- SILVA, K. C.; OLIVEIRA, S. E. S. *A visão de universitários com deficiência sobre acessibilidade no ensino superior*. Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc., Naviraí, v. 5, n. 9, p. 55-74, jan.- jun. 2018.
- ZILLOTTO, D. M.; SOUZA, D. J.; ANDRADE, F. I. *Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior*. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 727-740, jul./set., 2018.